

AJ10.775

Página
TRÊS

Olho no prejuízo. Agora está na mão no presidente Lula a decisão que pode fazer o Estado continuar crescendo ou não

O futuro sem R\$ 1 bi

Estado receberia R\$ 1,15 bi no ano que vem; se nova lei valer, vai ganhar só R\$ 150 milhões

DENISE ZANDONADI
dzandonadi@redgazeta.com.br

A aprovação da proposta de divisão igualitária dos royalties, depois de uma sessão tumultuada na Câmara dos Deputados, na madrugada de ontem, poderá resultar em prejuízo de R\$ 1 bilhão para Estado e municípios capixabas somente em 2011. Este ano, a produção de óleo e gás em terra e no mar deve render ao poder público R\$ 700 milhões em royalties e participação especial.

Se a divisão permanecesse como está, o Espírito Santo receberia R\$ 1,15 bilhão. Com a nova regra, restariam apenas R\$ 150 milhões. O valor integral equivale às centenas de obras que o governo estadual está realizando este ano: escolas, postos de saúde, estradas e presídios podem deixar de ser construídos sem o dinheiro.

Para reverter a situação, o governador Paulo Hartung reúne hoje, às 14 horas, no Palácio Anchieta, o Comitê estadual Pró-Veto à chamada emenda Simon. Hartung fez contato com o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB), para marcar au-

RICARDO STUCKERT



Está nas mãos do presidente Lula a decisão sobre o sistema de partilha dos royalties: há pressão de todos os lados

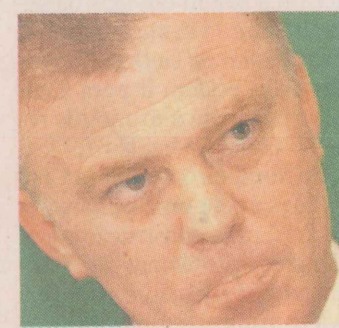
Lula deverá vetar a nova partilha

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverá vetar o dispositivo da nova lei do pré-sal que distribui o dinheiro dos royalties pela exploração do petróleo a todos os Estados e municípios segundo os critérios dos fundos de participação. O Planalto entende que, da forma como está, a nova lei tira dinheiro destinado a investimentos em educação e ciência e tecnologia para gastá-lo com salários de funcionários públicos. É algo "inaceitável", segundo declarou o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, que vai recomendar o veto. A regra polêmica foi introduzida no texto por meio de emenda do senador Pedro Simon (PMDB-RS).

TOTAL
R\$
1,15 bilhão
— É a previsão de royalties e participação especial em 2011.

SÓ ISSO
R\$
150 milhões
— Entrarão nos cofres capixabas em 2011 pela nova lei.

REPASSE
R\$
700 milhões
— É o que Estado e municípios devem receber este ano.



diência com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O objetivo é garantir o veto à emenda, assim como pressionar para que a proposta de divisão dos royalties do pré-sal – negociada com os governadores dos Estados produtores e Lula – seja mantida e levada ao Congresso nos próximos dias.

O resultado da votação de ontem já era esperado, segundo Hartung. “A hora é de brigar pelo veto, de brigar para que as áreas já licitadas tenham seus contratos mantidos e a distribuição de royalties também”, explicou ele.

MUNICÍPIOS

Os prefeitos capixabas, reunidos na Associação dos Municípios (Amunes), decidiram ontem mesmo encaminhar um manifesto a Lula e aos parlamentares da bancada federal para explicar a situação das cidades, caso seja retirada a receita dos royalties.

“Além dos municípios produtores de petróleo, agora o Estado tem um Fundo das Desigualdades Regionais, que repassa 30% da receita para os municípios não produtores e os de menor receita de ICMS”, afirma o presidente da Amunes, Gilson Amaro.

Assalto ao Espírito Santo

Após idas e vindas no Congresso, os deputados aprovaram a emenda Simon que muda o sistema de partilha dos royalties, acaba com as participações especiais e ainda por cima mexe com a atual receita do petróleo recebida pelos Estados produtores. Veja o que foi aprovado

Entenda as mudanças na divisão dos royalties do petróleo

Divisão atual*



* Predominantes nas áreas do pré-sal

Acordo / proposta do governo (áreas já concedidas)



Emenda Simon



* Diz que a União terá que ressarcir os produtores pelas perdas

A Gazeta - Ed. de Arte - Gilson

“Ficaremos com a faca no pescoço em 2011, enquanto tramitar o projeto de divisão dos royalties”

Renato Casagrande Senador



“Com essa aprovação, o Estado poderá perder mais de R\$ 1 bilhão em 2011, pelos cálculos feitos até agora”

Paulo Hartung Governador do ES

“Devemos nos preparar para uma batalha judicial, mesmo com a garantia do veto do presidente”

Lelo Coimbra Dep. federal



“É a falência do Rio de Janeiro, e eu prefiro nem tecer comentários sobre esse absurdo”

Sérgio Cabral Governador do RJ

Leia mais sobre Economia nas páginas 15 a 19

Giro Geral - Especial Royalties

REDUÇÃO GRADUAL

Governo já tem proposta alternativa à Emenda Simon

O governo já tem em mãos uma proposta alternativa de divisão dos royalties do petróleo para ser encaminhada ao Congresso no próximo ano. A nova fórmula de rateio garante mais dinheiro para os Estados e municípios que pouco recebem atualmente, sem comprometer o padrão de ganho das regiões ligadas diretamente à produção de petróleo. A ideia é que a proposta sirva de base para as discussões do tema em 2011. O Palácio do Planalto não quer que a proposta seja apresentada como sua. Para isso negocia com as prefeituras para que assumam a autoria. O sis-

tema aprovado pelos deputados elimina a prioridade que Rio de Janeiro e Espírito Santo têm sobre os royalties. O rateio passaria a ser feito seguindo as regras dos fundos de participação de Estados e Municípios (FPE e FPM), que favorecem as regiões mais pobres. O prejuízo dos produtores seria compensado pela União. Uma das novidades incluídas na proposta alternativa, que vem sendo debatida pelo Comitê de Articulação Federativa (CAF), é a redução gradual, ao longo de 10 anos, da parcela de recursos destinada aos cofres dos produtores.

Quem faltou?

A bancada capixaba atuante no processo dos royalties

7 deputados presentes

3 deputados ausentes

O site da Câmara mostra que Lelo Coimbra, Camilo Cola, Capitão Assunção, Jurandy Loureiro, Luiz Paulo Vellozo Lucas, Manato e Sueli Vidigal estavam presentes na sessão em que foi votada a Emenda Simon. Rita Camata, Iriny Lopes e Rose de Freitas estavam ausentes.

DIVISÃO DA VERBA

Padilha: “Acordo com Lula não vale”

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse ontem que não está mais valendo o acordo fechado, em novembro do ano passado, entre os governadores do Rio, Sérgio Cabral (PMDB), do Espírito Santo, Paulo Hartung (PMDB) e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre distribuição dos royalties. Segundo ele, o acordo foi derrotado politicamente e deve ser reconstruído no próximo ano. O acordo previa uma nova distribuição dos royalties apenas para as áreas do pré-sal a serem licitadas e não alterava as áreas em produção. “Aquele acordo foi derrotado”, disse Padilha.



PRÉ-SAL Agência vai retomar licitações

A aprovação, pela Câmara Federal, do modelo de partilha para a exploração de petróleo na região do pré-sal abre caminho para a Agência Nacional do Petróleo (ANP) retomar as licitações interrompidas em 2008, com a 10ª Rodada de áreas de petróleo. O diretor da agência, Haroldo Lima, acredita que o 11º leilão pode ocorrer já no primeiro semestre de 2011, mas lembra que o processo depende da sanção presidencial à lei e da posterior aprovação pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).